

# Impacto da cultura de mercado na educação

MARIA ARLETH PEREIRA  
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

---

## Introdução

O propósito deste artigo é apresentar algumas reflexões a respeito das condições socioculturais neoliberais que surgem de forma progressista e moderna, como bandeira em todas as partes do nosso planeta, com o nome de globalização econômica, e, que, com seus efeitos mercantilistas, tem provocado mudanças estruturais nas relações sociais, na educação e na vida em geral. A nossa pretensão é analisar o desenvolvimento do processo da cultura de mercantilização e o impacto das suas conseqüências na educação, bem como apontar os encaminhamentos possíveis para a sua superação.

A partir dessa delimitação, com o emprego de um enfoque metodológico de cunho analítico reflexivo, e com as categorias de análises escolhidas para essa investigação, acreditamos que o conteúdo deste trabalho poderá trazer compreensão sobre os fundamentos do paradigma de consumo, para os leitores. Essa compreensão é fundamental para a ampliação de idéias sobre os efeitos destrutivos desse processo, com vistas à construção da cidadania e a poder traçar as proposições desafiadoras que definirão os encaminhamentos necessários para a sua superação.

Os argumentos teóricos empregados nessa análise vêm ao encontro das convicções dos cientistas sociais que têm manifestado preocupação com o destino do mundo e temem que o desenvolvimento econômico, tão necessário para a consolidação das garantias sociais, possa transformar a sociedade em um simples mercado.

Sem dúvida, o mundo do nosso tempo constitui uma época histórica de difícil compreensão. Cada um de nós, com a sua própria sensibilidade, concorda ao afirmar que vivemos um momento de mutação em todos os sentidos e que a transformação está em curso, modificando as relações dos indivíduos com o seu contexto natural e social.

Essa mutação está em desenvolvimento, modifica os fatores sociais e culturais, transformando rapidamente os sistemas de valores, o que mostra que estamos vivendo uma nova modernidade. Concordamos com Bajoit (2004, p. 67) quando afirma que "as sociedades avançadas estão começando a difundir, no mundo inteiro, uma mutação cultural". Esta, segundo ele, consiste na substituição de um modelo cultural de tipo técnico, próprio do capitalismo industrial, por um modelo cultural do tipo identitário, próprio do capitalismo liberal globalizado e com fundamentos no consumo. Compreende-se, portanto, que a globalização não se define apenas por uma nova etapa da modernidade e nem tão somente por uma nova

revolução industrial. A globalização é muito mais: constitui uma nova força que intervém nos modos de gestão da mudança histórica o que gera um capitalismo extremo de regulação neoliberal. Ao tratar dessa questão, Giddens (1996) mostra que a globalização não é um processo único de sistemas em grande escala, mas uma mistura complexa de processos que atua de maneira contraditória, produzindo conflitos e disjunções nos contextos amplos, locais e pessoais.

Se, para muitos, essa globalização apresenta-se como sinônimo de progresso, avanço e novas fronteiras, para os críticos, esta seria uma invenção do capitalismo com complicações desastrosas para a humanidade e para todo o ecossistema. Inegavelmente, a iniciativa econômica, o direito de posse, a concorrência e a liberdade de ganhos são reconhecidas teoricamente como mecanismos de base importantes para uma economia dinâmica, e indispensável e para assegurar o crescimento contínuo da riqueza social da sociedade. Contudo, é necessário entender que o mercado não deve dominar a sociedade na sua totalidade e que os aspectos do desenvolvimento da vida social jamais poderão ser reduzidos, somente, à riqueza monetária.

A lógica mercantilista de submeter as estruturas e os mecanismos fundamentais da vida humana à ordem de âmbito monetário é um reflexo brutal da cultura de mercado, que age sobre os valores sociais e individuais, porém, essa cultura nem sempre é compatível com as preocupações humanas. A organização neoliberal da sociedade vista, sobretudo, no contexto das relações sociais, qualifica os indivíduos de forma cada vez mais intensa, como seres impessoais, isolados, egoístas e indiferentes. Nelas a consciência e a vida interior são conduzidas pelos atrativos dos bens exteriores artificiais, tornando-as cada vez mais distantes da sua essência.

Nessa direção, lamentavelmente, a ideologia de mercado, representada pelos novos heróis culturais da mobilidade social, da riqueza, do sucesso e do discurso do lucro, alerta a sociedade para que, se não estiverem enquadradas no tipo de racionalidade baseada na lógica do homo economicus, estará fadada a imergir na crise profunda de seu próprio sistema cultural e social. Enfim, estará condenada ao empobrecimento. E as populações que não se adaptarem a esse sistema e não estiverem enquadradas no estilo de vida da relação compra e venda, segundo esse paradigma, dificilmente poderão vivenciar o novo estilo de cidadania moderna.

Dessa forma, a subordinação exagerada do ser humano e de todas as instituições às exigências de mercado como condição de afirmação do seu *status* contrapõe-se à vida cultural que a história pregou até agora. Os cientistas sociais, que compartilham essa análise, são da opinião de que estamos vivendo um momento politicamente regressivo, pois afirmam que o discurso dominante sobre a globalização econômica, ignora totalmente o direito fundamental do homem, e todo discurso, predominante sobre esse fenômeno, neste momento, aponta para o surgimento de problemas futuros para toda a humanidade. Nesse processo, os seres humanos, as instituições e a sociedade em geral deixam de ocupar o centro da realidade para dar este lugar à mercadoria.

Tudo passa a valer pelo preço de compra e venda estipulado pela inspiração do momento e regulado pelas determinações da gestão e do controle dos investimentos. Enfim, tudo se transforma em ativos produtivos direcionados exclusivamente para a eficácia econômica, até mesmo os bens de sobrevivência como é o caso da água, fonte indispensável para a vida, assim também a educação e a saúde, bens vitais que qualificam a cidadania dos indivíduos e da sociedade.

Observa-se, portanto, que a cultura mercantilista provoca nas pessoas a maximização do consumismo individual, e transforma em prioridade para o homem moderno a dependência cada vez mais abrangente até mesmo do consumo de bens efêmeros e descartáveis, produtos de fraca durabilidade, que perdem seu valor para o consumidor logo após a sua aquisição, como é o caso do consumo de bens artificiais e supérfluos. Para Canclini (1996), é dessa forma que o capitalismo cria consumidores com capacidades cada vez mais diferenciadas de aquisição de produtos ofertados pela propaganda das modernas indústrias de comunicação de massa.

Para avançar nessa linha de pensamento, outros cientistas sociais, como Baudrillard (1970), apóiam-se na teoria da mercantilização para explicar que o consumo está intimamente vinculado à manipulação ativa dos signos. De acordo com essa idéia, para convencer as pessoas a consumir, os objetos devem tornar-se signos. Para esse autor, a natureza dessa manipulação pela mídia exerce uma multiplicidade de relações associativas de imagens com a finalidade de orientar o modo de consumir e de usar os produtos. Nesse contexto, o consumismo, colocado como valor na sociedade atual tem alterado os sentimentos das pessoas, o que implica que o desejo seja compreendido e explicado como um estimulante eficaz na realização do prazer de busca de *status* coisificado, como se isso fosse a solução mágica para a felicidade.

Assim, o estímulo dessa ilusão faz com que a relação entre o homem e o consumo produza, no nosso imaginário, uma subjetividade condicionada a uma conduta voltada para a valorização do prazer, da dependência da posse que temos, do cargo que ocupamos, do poder que exercemos e do número de pessoas que dominamos.

Nessa corrida desesperada de satisfação do consumo, o homem procura ampliar, cada vez mais, o seu poder de aquisição e, com isso, acaba deixando para segundo plano, as fontes de satisfação humana de base, o que pode desencadear um sentimento de frustração e insatisfação e criar uma sensação de dependência de um modelo de vida que é estranho à vida de cada um. Dessa situação resulta também a minimização do tempo consagrado às coisas que não pertencem à lógica do capital, como é o caso da dedicação à família, aos amigos, à natureza e a uma reflexão sobre o conhecimento dos outros e de si mesmo.

Dessa forma, as práticas cotidianas dos indivíduos vão se desvinculando das teias da interdependência do coletivo, e acabam por propiciar uma ruptura nas fronteiras da sociabilidade, e a escola, por sua vez, passa a fortalecer esse estilo de vida e de relacionamento pela formação de comportamentos e atitudes de seus estudantes.

Por outro lado, o Estado cada vez mais minimizado, assume uma função eminentemente econômica e, aos poucos, abdica da atribuição pública de Estado-Providência. Cria-se novo contrato social e o Estado se transforma em agência bancária com a função de arrecadar dos contribuintes e repassar essa arrecadação ao Fundo Monetário Internacional. De maneira semelhante, a cultura empresarial invade as instituições básicas da sociedade e provoca o enfraquecimento de esferas públicas que jamais poderiam ser privatizadas, como é o caso da saúde, da previdência, da educação e de outros serviços públicos. E em consequência disso, e como bem afirma Giddens (2002), as pessoas passam a procurar, sem êxito, no setor privado, o que lhes é negado nas arenas públicas.

No contexto dessa reflexão, SILVA apresenta um estudo sobre o projeto político dos executores do Banco Mundial para os setores sociais, no qual se retrata o dilema social dos países devedores. Sobre essa questão diz ela:

O Banco Mundial, ao avaliar a capacidade de pagamento da dívida externa e dos empréstimos dos países devedores, manipula as políticas internas, impondo restrições na aplicação de recursos públicos nos setores da educação, saúde e outros serviços essenciais. (1996, p. 288).

Para contrapor esse modelo, é preciso construir outras propostas de desenvolvimento, que sejam viáveis e que possam suscitar uma outra cultura de mercado, que seja fundada na economia socialmente justa e no modo de ser, pensar e agir, a partir de valores que fundamentem um projeto emancipatório da sociedade. Essa proposição exigirá, sem dúvida, uma consciência que estimule novas formas de consumir, pautada num novo modelo de desenvolvimento politicamente alternativo e com critérios de domínio ético que possam orientar as ações de produção e consumo. Essa concepção ética deve estar, sem dúvida, alicerçada em uma visão de mundo solidária, que intervenha na extrema vulnerabilidade de grande parte da população, dominada pela onda do vício do consumismo improdutivo.

Ora, a referida ética da qual falamos deverá, certamente, atribuir à economia um conceito carregado de sentido e só ela poderá orientar os consumidores para encontrarem esclarecimentos sobre o ponto de equilíbrio entre o excesso e a escassez, entre o supérfluo e o útil, entre o descartável e o durável, livrando assim grande parte da população consumidora, do estado de extrema vulnerabilidade e de descartabilidade exacerbada.

Essa premissa requer uma visão partilhada sobre os valores de base que ofereçam um fundamento moral a ser seguido, a fim de que homens e mulheres encontrem os princípios que transcendam o jogo de interesses mercantis e desenvolvam a sua consciência, a fim de que encontrem o seu bem estar na sociedade. Esse redimensionamento não se processa por acaso, fundamenta-se na necessidade de repensar a cultura econômica no que se refere à circulação de bens e de valores de consumo que nos últimos tempos tem regulado a vida de cada um, do meio ambiente e dos espaços sociais.

A mudança de atitude, em face dessa realidade, requer a necessidade urgente de uma análise do ponto de vista crítico e ético que estimule as mentalidades sobre os efeitos perversos dos componentes destrutivos do consumo e de todas as formas de mercantilização para que se possa semear a idéia da possibilidade de inverter essa lógica neoliberal, estimulando novos critérios de valores culturais que não reconheçam a mercadoria como centro de tudo.

## A mercantilização da educação

Se de um lado a globalização econômica provoca inquietação, por desenvolver a concepção mercantilista do homem e da sociedade, retirando aos poucos as condições de mobilidades para o alcance da cidadania plena, nessa mesma proporção, a educação, vista da ótica neoliberal, dificulta ao indivíduo, a apropriação do conhecimento pleno da realidade do trabalho, do mundo e do sentido da sua própria existência.

Com isso, com esse modelo, a maioria não tem possibilidade nenhuma de ter acesso à educação de primeira classe, o que tem bloqueado até mesmo a possibilidade de alcançar o aprendizado da própria língua materna, considerada como elemento básico do conhecimento. Essa realidade nos mostra que, a cada momento, o conhecimento multiplica-se e expande-se de maneira muito rápida, mas infelizmente, não chega à maioria das pessoas com a mesma rapidez e na mesma proporção de oportunidades.

Nesse momento histórico tão complexo para a maioria excluída, as políticas de austeridade monetária e fiscal são acionadas para produzir, por meio de estratégias coercitivas, as reformas educacionais orientadas por ordem da internacionalização do capital. Mais uma vez, constata-se que a esfera financeira comanda o tipo de educação do qual a sociedade deve se apropriar. Com essas políticas, a educação também se torna objeto de comércio tanto no seu enfoque como na sua expansão. Em toda a parte do mundo se comercializa o conhecimento como se comercializa qualquer outro produto ou objeto.

Como resultado, de forma cada vez mais contundente, a educação vai se tornando mais utilitarista e mais instrumental, produzindo um conhecimento do momento que para nada servirá, a não ser para fabricar mercadorias e alimentar o processo de consumo enquanto valor de mercado. Para Felipe Pierre (2004, p. 18).

Todo conhecimento que não puder satisfazer o mercado é considerado como categoria residual, não podendo, portanto, ser comercializado e correndo, assim, o risco de desaparecer, por não impulsionar o seu *status* social, que consiste em ser utilizado e rentabilizado na sociedade de consumo.

No contexto dessa lógica, as instituições educativas, nas suas diversas modalidades, exercem o papel de formar o indivíduo para construir o seu engajamento identitário no sentido de fortalecer as suas relações sociais com os outros e com a sociedade em geral, pela lógica da competitividade e do individualismo. Isto é, cada um passa a agir de acordo com os seus interesses, que inclui não somente os bens materiais, mas também o prestígio, o poder e o prazer. Nessa perspectiva, o conhecimento pautado nos valores humanos, tão necessários à sociedade, para orientar o cidadão a esclarecer seu pensamento e suas ações sobre as questões fundamentais da vida, infelizmente, passa a ter um valor de uso como produto utilitarista e fragmentado e pouco valorizado. É por essa e outras razões que as instituições educativas têm excluído dos currículos de curso, a filosofia, a sociologia e a cultura geral e, com isso, a aprendizagem deixa de constituir um processo social de pensamento crítico de confrontação e análise, e passa a assumir um caráter técnico instrumental de duração rápida e descartável, que pode ser desenvolvida por qualquer empresa do ramo educacional.

MacLaren, (2000, p. 139), afirma que:

Nas escolas, as notas não indicam qualquer correlação direta com o intelecto ou a habilidade, mas permanecem, como signos, ou melhor, simulações de *status*. Desse modo, notas, diplomas e outras modalidades de promoção, tornam-se objeto-símbolo que fixa os indivíduos em um registro de *status* social.

Em consequência dessa realidade, conhecimento, valores sociais, competência humana e habilidades mais amplas, tão necessárias para criar uma participação mais democrática na sociedade, têm se transformado em objeto de valores de mercado. Respondendo apenas ao lucro, a cultura empresarial invade as instituições educativas de modo desenfreado, transformando-as em locais de investimentos comerciais, reafirmando assim a primazia da mercantilização. No Brasil, os sinais dessas práticas já são

bastante acentuados. A ordem empresarial impõe às universidades uma reestruturação que obriga as instituições a estabelecerem laços de dependência com o mercado, o que resulta em um modelo de ensino superior, denominado “Universidade Empresa”, bastante conhecido nos Estados Unidos.”

Desse modo, o Estado neoliberal, aliado ao mercado da educação, transforma as instituições educativas em espaços de acesso a um tipo de saber esvaziado de compromisso político e social e com métodos pedagógicos voltados para um disciplinamento da nova base produtiva. Desse modo, o novo modelo de ensino, pautado na autonomia gerencial e na integração da comunidade empresarial, consiste em instrumentalizar os currículos dos cursos para maximizar a eficácia do lucro.

Percebe-se, portanto, que se torna cada vez mais complicado evitar os perversos efeitos sociais provocados pelas reformas impostas pelos agentes financeiros internacionais, que, no caso das políticas educacionais em curso, já se encontram perfeitamente alinhadas às políticas do Banco Mundial, o qual é chamado de “Banco de Administração do Conhecimento”, e que tem operado de forma contraditória, por excelência, nos órgãos do MEC e das Secretárias de Educação nos Estados, conforme pode ser visto na análise de Maria Abadia da Silva, (2003).

No bojo das orientações do Banco Mundial, essas reformas têm produzido, portanto, um ordenamento de caráter privatizante, com efeitos de redução dos investimentos públicos, cortes de verbas, redução de custos, congelamentos de salários de professores e adequação dos currículos de cursos à lógica mercantil. Nessa orientação, os gestores do Banco Mundial ao reforçarem a alegação de reduzidos recursos, e a falta de competência na gestão por parte dos governos, propiciam a transferência dos recursos públicos às instituições privadas, alegando que os serviços educacionais são mais eficientes e melhor realizados pelo setor privado, por este estar mais preparado para assumir a tarefa educacional.

À medida que prevalece o princípio rígido da mercantilização da cultura da sociedade, as corporações internacionais vêm traçando as normativas reguladoras de controle da educação, centradas na matriz da eficiência e da produtividade. Nesse contexto, os projetos de reformas educacionais são elaborados mais para instrumentalizar a política econômica, do que para colaborar no fortalecimento da cultura dos direitos sociais. Segundo Giroux (2003, p. 64).

O atual ataque contra a estabilidade, modelo de controle compartilhado, conhecimento crítico e questões relacionadas à igualdade de acesso às instituições escolares, são mais do que um subproduto da concepção unidimensional da democracia civil que a cultura empresarial apóia.

Portanto, como se pode observar, esses ataques e outros, que estão por vir, são ações advindas da ordem internacional para dismantelar os ganhos do Estado do Bem Estar Social, eliminar direitos públicos e todos os valores não mercantilizados e, sobretudo, abolir as ações da esfera pública em favor de uma globalização, definida como uma sociedade global de sistemas dominados por empresas e redes econômicas e financeiras. O triunfo dessa visão, segundo Gimeno (2001), causou sérias conseqüências para as políticas educacionais, dificultou a realização universal do direito à educação, e condicionou os estilos de gestão dos sistemas escolares, pressionados pela demanda mercadológica, subordinados aos princípios contábeis da produtividade.

Qualquer iniciativa dos governantes para aplicar reformas educativas que estejam inscritas no projeto modernizador de interesse do comércio internacional, repousa sobre as premissas da produtividade

econômica, não produzindo, portanto, efeitos de ganhos sociais para a sociedade. A reforma universitária, em curso em vários países do mundo e também na América Latina, preconiza a expansão de vagas para conter a demanda social, porém, trata-se de uma medida sem investimento público, o que reforça mais ainda a precariedade das condições de funcionamento das instituições. Quanto à qualidade da educação, necessária para mudar as relações sociais da sociedade, ainda é um projeto que não está em pauta.

Os efeitos dessas e de outras reformas em curso sobre a educação devem alertar as sociedades em resgatar as suas dívidas sociais. Sabe-se que os tempos são difíceis e a massa de manobra econômica é forte. Porém, a crise de hoje pode-se tornar uma oportunidade histórica para que o mundo, e principalmente o Brasil, recusem as alternativas do liberalismo selvagem, optando pela construção de um futuro de educação para uma república de brasileiros menos subordinados aos processos utilitaristas de mercado e com mais capacidades sociais. Essa é uma realidade a vir a ser, mas que só será possível em sociedades diferenciadas, plurais e democráticas, que permitam a convivência da variedade de indivíduos autônomos, em relação à ideologia de mercado.

Assim, chegamos às portas do século XXI com a certeza de que a educação, dentro ou fora das escolas e das universidades, não pode exercer uma função de simples transmissão de informação, de técnicas e de conhecimentos utilitários, pautados no individualismo racional e desconectados da subjetividade. Nesse sentido, também é extremamente contraditório que uma sociedade plena de informação e com diversidade de conhecimento fortaleça as iniciativas educacionais restritas ao modelo de conhecimento utilitarista de mercado.

## Contextualização do desafio

De certo modo, observa-se que a análise feita até agora mostra que, infelizmente, a modernidade exige um pacto de subordinação fundado nas relações de dependência econômica, apelando para que os sujeitos sociais reduzam sua capacidade crítica em troca de um estilo de vida voltado para a cultura de mercado e, ao mesmo tempo, assumam um papel identificado de sujeito consumidor. E, nessa mesma proporção, a educação também ocupa uma posição de adesão ao paradigma hegemônico da sociedade de consumo.

Para nos contrapormos a esse paradigma, que tem aumentado os problemas da sociedade e da vida em geral, é necessário que surjam novas convicções sobre a maneira de viver, no que concerne ao aspecto de produzir e a nos transformarmos, nós mesmos, e o meio em que vivemos, a partir da afirmação de uma política educacional solidária, baseada num modo de produção de bens comuns que seja diferente das relações econômicas utilitaristas que estamos presenciando neste início do terceiro milênio. São elas que fazem e trazem a colonização em nome da eficácia e do empreendedorismo econômico, social e educacional.

Tomando o conceito de princípio educativo em Gramsci, percebe-se que a escola, ao lado de outras instituições educativas da sociedade civil, auxilia na consolidação da hegemonia dogmática da cultura capitalista. Porém, no interior das suas contradições, ela pode desenvolver um processo educativo na lógica oposta, se se utilizar uma pedagogia crítica de resistência. Essa pedagogia deve estar pautada em novas percepções e enfrentamentos com possibilidades de justiça social para todos.

A participação na vida social, segundo Gramsci (1995), requer ser alimentada por uma educação que não seja reprodutora de uma ordem que se realiza a partir de princípios orientados por interesses particulares, ações individuais e objetivos competitivos, e sim por uma educação que ao mesmo tempo em que transforma o conhecimento, instrumentaliza o indivíduo para uma vivência crítica na coletividade.

O conceito de vivência crítica, sem dúvida, traduz-se pelo domínio de um saber capaz de lidar continuamente com as contradições da realidade. É por essa razão que a escola deve se nutrir da crença de que ela pode, ao lado de outras instituições, converter-se em uma dimensão importante para transformar o presente e o futuro dos indivíduos, sendo que o ponto central dessa transformação começa necessariamente pelo combate à mercantilização dos valores educacionais.

Sabe-se que os desafios nesse combate são complexos e demandam uma rede de medidas articuladas que impõem um fundamento sócio-político e cultural a ser seguido, a fim de que se encontre o caminho para desenvolver a consciência dos povos em face da urgência de domínio de medidas que, ao serem transformadas em ações coletivas, possam, possivelmente, contrariar o paradigma neoliberal e apostar pelo surgimento de outros modelos culturais que não sejam fundados na teoria de mercado.

Nesse sentido é preciso resgatar o papel do Fórum Mundial Social que, nas suas últimas edições, tem produzido discussões pertinentes em torno de idéias, reflexões e proposições que possam alimentar a construção de um novo paradigma de pensamento cultural em torno dos problemas sociais produzidos pelo capitalismo. Como resultado das reflexões coletivas produzidas nos eventos que estão sendo realizados no mundo, como extensão do Fórum Social e Educacional, iniciado em Porto Alegre, começa a nascer um novo movimento que se agrupa em torno de uma grande diversidade de reivindicações que deverão convergir na direção de um grande projeto de "altermundialização."

Esse novo movimento agrupa vários seguimentos sociais, correntes de opinião e projetos educativos, o que dá um sentido positivo a todas as correntes que se contrapõem aos ataques do modelo de globalização econômica. Dentre as correntes apresentadas nos fóruns de discussão, salientamos aquela que combate a mercantilização da educação. Acredita-se que a educação por si só não é suficiente para mudar o destino do mundo, porém, é um instrumento essencial que pode ser transformado num mecanismo político pedagógico importante no direcionamento de uma cultura contra-hegemônica do modo de viver da sociedade do nosso tempo. Nesse sentido, a construção histórica da educação deve ser concebida a partir de uma visão de possibilidades emancipatórias e não apenas pela ótica do determinismo que concebe a educação como instrumento intocável do aparelho ideológico do capitalismo internacional. Nessa direção, as propostas são várias e podem ser traduzidas em continuidade, vontade política e gestão democrática. Passaremos, em seguida, a apontar algumas delas:

- 1 - Defender a concepção de escola pública que conjugue a expansão de vagas com a qualidade do ensino, ao mesmo tempo em que se desenvolva o saber social e o compromisso político. Para isso, o conteúdo das reformas educativas precisa ser definido, a partir de um projeto de sociedade. Por essa razão, o financiamento destinado à educação não pode ser apenas conjuntural, ligado às políticas restritas de investimento público do governo, é preciso que haja um financiamento de educação ligado ao projeto de nação com garantia de custeio pleno dos setores do ensino e da pesquisa e definidos em consonância com o modelo Nacional de Educação, sem a submissão aos organismos econômicos externos.



- 2 - Estimular a escola, por meio de uma política de sensibilização, a produzir coletivamente, a partir de uma revisão de seu projeto político-pedagógico com práticas de reflexões que suscitem nos professores, estudantes, pais e funcionários, o interesse em desafiar a cultura mercantilista da sociedade com saberes humanos de seu tempo, fortalecidos de valores sociais adequados à contemporaneidade.
- 3 - Fortalecer os movimentos de educadores e dos grupos detentores de propostas educativas e daqueles que tenham manifestado a oportunidade de formar opiniões e / ou expressar seus pontos de vista sobre a mudança social, dando-lhes oportunidades para que seus enunciados, idéias e preposições possam chegar às editoras, aos jornais e a outros meios de comunicação, para difundir a idéia de que se evite o uso da ciência e da tecnologia em nome da eficiência e da competitividade, da injustiça social e da exclusão dos povos. Na verdade, os educadores sociais, em geral, são profissionais formadores de opinião que sabem avaliar o processo educacional e os contextos de seu desenvolvimento.

É fundamental, portanto que se reconheçam os avanços do movimento pedagógico nos diferentes contextos do processo de escolaridade, que se continue com o processo de mobilização pela defesa da educação pública, como o direito de inscrever-se na luta dos contextos de vastos movimentos de idéias, de experiências e de iniciativas que favoreçam as dimensões formativas, culturais, sociais e científicas. Enfim, é preciso fazer avançar o processo de reflexão e de ação que conduz o desenvolvimento de uma mudança educacional que regulamenta de fato o direito à educação de qualidade social e cultural, em todos os níveis da escolaridade.

Essas propostas ultrapassam as concepções neoliberais e são ações desafiadoras para os movimentos educacionais em escala planetária, por serem aglutinadoras de razões que justificam os desafios importantes e necessários para a melhoria das condições da educação e conseqüentemente dos indivíduos, os quais passam a ter um estilo de vida pleno, como sujeito autônomo, no que concerne aos valores de consumo da cultura de mercado. O desafio é trabalhoso e exige compromisso político dos atores sociais engajados e daqueles que podem se comprometer com essa luta, acreditando que essas propostas são fundamentais para fazer avançar a Educação Nacional, como um sistema que se articula socialmente, em todas as modalidades e níveis, de modo que seja caracterizada no presente e no futuro dos povos, da cultura e de cada indivíduo, como uma dimensão essencial de qualidade de vida.

Os pressupostos aos quais nos referimos indicam que o ato de aprender e de ensinar invoca um fator de coesão entre diferentes saberes sobre as situações concretas da vida cotidiana, da vida social e da vida profissional, permitindo assim, uma integração qualificada, evitando que a aprendizagem fique confinada à disciplina. O efeito dessa prática resultará inegavelmente em indivíduos socialmente bem capacitados que possam exercer seguramente os direitos e as possibilidades que lhes são reconhecidos. Essa é a condição por excelência para imprimir a qualidade cidadã de que a maioria necessita.

## Considerações finais

Neste ensaio, tivemos a oportunidade de suscitar uma série de questões sobre as tendências da dimensão da mercantilização e seus efeitos na educação, nas relações sociais e na vida de cada indivíduo.

No decorrer da exposição, reafirmamos a nossa preocupação de pensar a educação, as instituições educativas e as demais instituições sociais, como instâncias públicas que fazem parte viva da construção da democracia da sociedade em geral, tão enfraquecida nos últimos anos pela esfera da modernização conservadora.

Em síntese, pode-se afirmar que o momento histórico deste início de século apresenta, para o conjunto da sociedade, problemas ameaçadores que estão pondo em risco a qualidade de vida de grande parte da população, em conseqüência dos processos de globalização econômica, e que têm sido propostos, como regra de vida coletiva, as leis de mercado. Essa constatação é importante para reconhecer a necessidade de uma revisão crítica sobre o papel do Estado e da sociedade civil bem como das instituições educativas em geral, no que se refere à adesão de alternativas voltadas para o desafio de uma formação de conduta humana menos identificada com os ganhos culturais de bens de mercado. Por essa razão, insistimos, na nossa exposição, na importância de apostar por ações dos movimentos sociais e educacionais, denominados “altermundialização” já existentes em diversos setores da sociedade civil de vários países do mundo e que têm desencadeado formas de lutas segundo uma lógica oposta ao neoliberalismo.

Estabelecer outro modo de globalizar o mundo requer a construção de um projeto de sociedade que seja gerador de mudanças, o que exige a incorporação de forças sociais integradoras, apoiadas nos pressupostos da interdisciplinaridade e de um pensamento cultural novo, articulador da mobilização necessária em torno de idéias, proposições e ações, em direção a um outro mundo, que seja melhor para todos, especialmente, para a população excluída.

O desafio para a formação da cidadania se coloca como instrumento mais adequado na superação do modelo vigente. A educação cidadã faz parte de toda a dialética da vida humana e está vinculada a várias instituições e experiências de aprendizagem, e, como base na formação humana, pode se desenvolver contrariando o modo neoliberal de reproduzir a sociedade.

## Bibliografia

- BAJOIT, Guy (2003): “Le Changement Social”. Approche sociologique des sociétés occidentales contemporaines. Paris: Editora Armand Colin.
- BAUDRILLARD, J. (1970): *La Société de Consommation*. Paris, Ed. Denöel.
- FILIPPE, Pierre: “Mondialisation: Forces des cultures et nouvelles segmentation identitaires”, in *Revue Space, temps Actuel*, pp. 301-322. Disponível em <http://espace.stemps.revue.org/document321.html>. [Consulta: maio.2004].
- GIDDENS, Anthony (2002): *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar.
- GIROUX, Henry A. (2003): *Atos Impuros – A prática política dos estudos culturais*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- GRAMSCI, Antonio (1979): *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Brasília, Editora Civilização.
- MACLAREN, Peter (2000): *Multiculturalismo Revolucionário*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- SACRISTÁN, Gimeno (2002): *Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- SILVA, Maria Abadia (2003): “Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da Escola Pública”, in *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 23, n.º 61, pp. 283- 301.